

OS LIMITES E RISCOS DE UMA HISTÓRIA ÚNICA DO AUTISMO

**Leonardo Augusto Franco do Amaral, Maria Fernanda Nowotny Canônico,
Rafael Fernandez Tolgyesi, Bruna Mares Terra Candido.**

Universidade do Vale do Paraíba/Faculdade de Educação e Artes, Avenida Shishima Hifumi, 2911,
Urbanova - 12244-390 - São José dos Campos-SP, Brasil, leo.afda@gmail.com,
mariafnwotny@gmail.com, rft.rafa@gmail.com, brunaterra@univap.br.

Resumo

O objetivo deste artigo foi elaborar uma reflexão sobre a constituição histórica do autismo e suas consequências – resgatando a importância de um olhar crítico na sua constituição para elaboração de intervenções e técnicas eficazes que atendam à ética e tenham rigor teórico. Foi realizada uma revisão de literatura narrativa, exploratória e qualitativa. Indo além da história já estabelecida de Leo Kanner e Hans Asperger, se viu a necessidade de resgatar a teoria histórico-cultural e Grunya Efimovna Sukhareva – anterior a ambos, e que contribuiu significativamente para o pensar em relação ao diagnóstico do autismo e suas formas de atuação. Concluiu-se que existe a necessidade de se pensar o método utilizado nos estudos em relação ao autismo, e da importância da criticidade na atuação de profissionais para não replicar uma lógica adaptação do sujeito na sociedade – contribuindo para a inclusão e desenvolvimento dos autistas na sociedade.

Palavras-chave: Autismo. Teoria histórico-cultural. Metodologia. Sukhareva.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas, Psicologia.

Introdução

Assim como a obra de Adichie (2019), em que se tem a valorização da diversidade de narrativas, se vê a necessidade de complexificar a história única pela qual o autismo tem se constituído na atualidade, resgatando o processo histórico no qual o autismo (reconhecido como Transtorno do Espectro Autista) se desenvolveu – levando em conta cada cultura, período histórico e os resultados e técnicas obtidos a partir de cada um deles – à fim de priorizar aquilo que contribui de fato para uma sociedade mais inclusiva e numa mudança de paradigma em relação ao cuidado com os autistas.

Paoli e Machado (2022) trazem um desenvolvimento da história mais conhecida do autismo – que se inicia desde o registro de “distúrbio autístico do contato afetivo” de Leo Kanner e pelos estudos de Hans Asperger, ambos desenvolvidos na década de 40, até sua inclusão no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-III) na década de 80 e suas transformações em cada atualização – a qual se encontra atualmente no DSM-V TR, em 2022.

Todavia, alguns autores têm resgatado a importância da psiquiatra Grunya Efimovna Sukhareva (Pozzi; Dos Santos Riesgo; Assumpção Junior, 2017; Vigotski, 2022), que em 1925, a partir de estudos com seis crianças (Manouilenko; Bejerot, 2015) em um hospital-escola, desenvolveu um diagnóstico tão apurado sobre o autismo quanto os mais atuais – mas que existiu em uma década antes dos autores mais conhecidos, num local antagonizado pelo ocidente (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) e que por questões de língua e gênero, foi invisibilizada.

Nesse contexto, o objetivo desse artigo é elaborar uma reflexão sobre como o conceito de autismo se constitui e se transforma a partir de fatores histórico-culturais, – se baseando no método desenvolvido de Vigotski (Zanella *et al.*, 2007) na análise do objeto (autismo) para uma produção científica a partir do materialismo histórico-dialético através de uma revisão de literatura – elaborando a maneira que tais desenvolvimentos têm afetado a forma de analisar, lidar e desenvolver técnicas na inclusão de autistas na sociedade, e contribuindo para uma atuação mais crítica de profissionais.

Metodologia

Este estudo é constituído a partir de uma revisão de literatura narrativa, exploratória e qualitativa.

A revisão de literatura narrativa, segundo Cordeiro (2007), não apresenta parâmetros pré-definidos como a revisão sistemática – sendo menos enrijecida em relação à coleta de dados e informações –, permitindo uma exploração de autores específicos e aprofundamento em temáticas que foram apreciadas durante a pesquisa.

Quanto ao fator exploratório, tem como objetivo identificar a variável do estudo – desde seu significado até o contexto em que se insere – explorando seus conceitos, visões e terminologias a fim de ampliar a percepção do pesquisador sobre o objeto de estudo (Piovesan e Temporini, 1995).

Qualitativa por conta do processo interpretativo que se define pelo raciocínio indutivo e dedutivo, permitindo a construção de significados a partir dos dados coletados (Creswell, 2007). Por conta da interpretação do pesquisador no processo interpretativo, exige-se um maior nível de reflexão.

Por fim, se fez necessário buscar tanto por artigos e autores relevantes para a temática. As buscas em banco de dados foram feitas, assim, através das palavras-chave: “autismo e DSM”, “autismo e Vigotski”, “autismo e modelo biomédico”, “Grunya Sukhareva e autismo” nas bases de dados Google Scholar, Scielo, Pubmed e PePsic.

Resultados e Discussão

O autismo é uma condição genética invisível, logo, seu início é verdadeiramente indeterminado, porém podemos marcar seu início como é conhecido no surgimento de sua alcunha. O marco inicial foi com o psiquiatra suíço Eugen Bleuler, que em 1910 descreve um sintoma da esquizofrenia, definido como um distanciamento da realidade e a satisfação de desejos e ideias pela fantasia. Ainda que não seja a descrição do autismo em si, o raciocínio de tal paciente poderia ser acompanhado com a lógica de sua fantasia, possibilitando o contato com a realidade, ao contrário de outras definições do autismo que consideram um fechamento completo (Carvalho, 2004).

Antes de sua primeira aparição no DSM-III, Donvan e Zucker (2017) resgatam o termo a partir de Leo Kanner, psiquiatra austríaco que realizou pesquisa nos Estados Unidos, que estabeleceu a visão de autismo predominante. Seu primeiro trabalho sobre o tema “Os distúrbios autísticos de contato afetivo” foi publicado em 1943, no qual desenvolveu um trabalho de observação e análise a partir do interesse das características únicas de 8 crianças. As características descritas focavam principalmente no isolamento profundo, na dificuldade relacional, a interação intensa com objetos, características especiais e interesses particulares (Paoli; Machado, 2022). O autismo, nesse ponto, foi caracterizado como um distúrbio de afeto e contato.

Ainda que esta visão de autismo tenha se tornado predominante, na década de 1940 havia um estudo acontecendo em paralelo. Hans Asperger, na Áustria tomada pelo nazismo, realizou experimentos a fim de determinar quais membros de um grupo de crianças autistas apresentavam qualidades produtivas para serem úteis na sociedade. Asperger caiu em polêmica por conta dos casos que ocorreram durante o regime nazista, no qual era responsável por encaminhar as crianças para Spielgelgrund – um hospital que recebia crianças com deficiência – as quais raramente voltavam para suas casas. Muitas vezes, acabavam assassinadas ou deixadas à exposição da fome e da pneumonia até a morte – tanto por não serem vistas como pertencentes à “raça superior”, e sobre a narrativa de que seriam um fardo aos pais (Amado Santos; Silveira Amorim, 2023).

Tal narrativa ainda se faz presente nos dias de hoje, seja através das violências contra autistas com discursos biopolíticos que permeiam a “Guerra ao autismo”, como bem pontua Araújo (2021), seja pelo número de casos de suicídio, ou através da busca de uma cura para o autismo. Como bem pontua Nicolau, Gesser e Oliveira Moraes (2025) se trata de um reflexo de uma cultura eugenista advinda da lógica nazista – que não tolera o diferente, o improdutivo –, e que necessita de uma mobilização na luta decolonial e anticapacitista visando um cenário mais inclusivo.

Esse passado, que é permeado por uma ciência que busca justificar a normatização, não poderia passar sem deixar marcas. Atualmente, diversos movimentos focam em trazer direitos e inclusão para autistas. Ao lutar contra a visão negativa sobre o autismo, propõem um sistema que respeite as singularidades e valorize as forças encontradas nos autistas como (e não somente): a capacidade de foco, a atenção aos detalhes e a capacidade de pensar fora do esperado. Nesse cenário, deve-se

refletir sobre quais são as medidas que realmente resultam na melhoria de qualidade de vida do autista, especialmente com o crescimento gradativo do número de diagnósticos.

No DSM-III, em 1980, se relatava uma prevalência de 2-4 casos por 10.000 crianças. Ao contrastar este dado com a estatística atual, que aponta a prevalência mundial de 1 a cada 100 crianças com TEA (Zeidan *et al.*, 2022), percebe-se uma clara diferença na atualidade da condição. Considerando que esse aumento é constante nos últimos anos, questiona-se, de onde veio esse crescimento? Ou ainda, onde estava o autismo antes de ser detectado no início do século XX?

Ao contextualizar o autismo, percebe-se a importância de analisar o passado do autismo por outra ótica. Maia Nahmod (2016) relata três perspectivas sobre o autismo, a primeira, com base em Verhoeff (2013) reflete que o autismo não é único desde o princípio. Inicialmente, como descrito em Kanner, era uma entidade diagnóstica que se manteve sem oposição durante mais de uma década. Entretanto, com o aumento da influência do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, o desenvolvimento da pesquisa neurológica e a maior atenção sobre o autismo, explicações infundadas como a da “mãe geladeira”, infundida por Bruno Bettelheim em seu livro “Empty fortress”, que deturpavam os conceitos de Kanner ao sugerir que o autismo surge de mães “frias” e que trabalham muito, começaram a tomar espaços. Foi definida a prioridade de “desvendar o autismo” e se iniciaram pesquisas longitudinais, buscando as verdadeiras causas e sintomas.

Esse momento, em que a pesquisa do autismo tinha como prioridade o seu diagnóstico e busca por causas, demarcou a prevalência do modelo biomédico. Ainda que houvesse uma busca genuína por respostas, a prioridade era a cura. O foco era nas limitações e nos déficits, ao ponto de que nem se prestava atenção em resultados de pesquisa em que autistas se sobressaíam em relação a pessoas típicas. Começou então um pavor pelo autismo e no meio disso tudo, estava o modelo biomédico que é essencialmente individualista (Pellicano; Houting, 2022).

Na terceira fase, nos anos 80, foi quando a obra de Asperger veio do desconhecimento à tona, para trazer os conceitos de nível de suporte e de que existiriam autistas menos “atípicos” que outros. O autismo tomou o lugar de um transtorno da socialização, em que o foco se tornou a falta generalizada de capacidade de comunicação e o déficit no desenvolvimento da linguagem. Dessa forma, as pesquisas passaram a buscar uma forma de normalizar os autistas e torná-los mais produtivos na sociedade. Nesse meio, teve origem a Análise de Comportamento Aplicada (ABA) no autismo, em que Lovaas (1987), em seu artigo sobre o autismo, implica o tratamento por meio de métodos como punição física e isolamento da criança caso não cumprisse o que foi requerido como comportamento normal.

O autismo está sempre em mudança, dependendo da sociedade e dos interesses econômicos vigentes. Devido aos movimentos políticos como o movimento antimanicomial e o da neurodiversidade, não há a mesma quantidade de institucionalizações que afetariam os autistas. Sendo assim, o interesse econômico está especialmente, como relata Nahmod (2025), em práticas que valorizam o diagnóstico o mais cedo possível. Com essa visão, ao gerar medo na população pelo medo do fracasso, se garante um mercado fértil em análise genética, terapia, medicalização da vida e educação especial.

O cenário atual é majoritariamente centrado no modelo biomédico, entretanto a questão não é dispensar o biológico, o autismo deve ser analisado nessa ótica, assim como qualquer condição. Porém, deve-se considerar o aspecto social do autista, como Vigotski (2022) aponta, a pessoa só se percebe como deficiente devido a sociedade em que ela está introduzida, no contato com o outro – e que isso, junto dos fatores relacionados ao meio, acabam por moldar a personalidade da pessoa com deficiência. Isso ocorre porque a partir do olhar do outro que se constrói a deficiência de um indivíduo, colocando-o em um lugar de “menos-valia”. Portanto, o autismo também é construído socialmente, tanto pela sua mudança de percepção da condição como um todo, quanto na formação do autista.

Em tempos que há uma valorização muito maior da inclusão e diversidade, torna-se intrigante perceber que a pessoa que se aproximou desse tipo de visão realizou sua pesquisa há quase um século. A psiquiatra infantil soviética Grunya Efimovna Sukhareva realizou uma contribuição pioneira para a conceituação do autismo, antecedendo em quase duas décadas os trabalhos de Leo Kanner e Hans Asperger. Em 1925, sua publicação tratou da primeira descrição clínica e detalhada da condição de seis meninos com traços autísticos. Em seu estudo, ela adotou uma postura empática e sistemática, enfatizando as questões e habilidades das crianças, com anotações sobre seus comportamentos, interesses, desafios socioemocionais e sensoriais. Em 1934, Sukhareva usou o termo “psicopatia esquizóide” em sintonia com a taxonomia psiquiátrica da época. No entanto, em 1959, ela já havia proposto o nome “psicopatia autista”, e previa discussões dos dias atuais sobre perfis comportamentais dentro do espectro autista (Sher; Gibson, 2023).

A Ciência do NANO e seu impacto transformador no MACRO

Sua marca de pesquisa estava ancorada em observação sistemática de longo prazo em um “hospital-escola”, onde as crianças recebiam cuidados neuropsiquiátricos integrados com atividades educacionais, artísticas e ocupacionais. Esse cenário permitiu a Sukhareva registrar o crescimento das crianças em uma série de contextos e, assim, fomentar relatos singulares. Ela descreveu várias crianças como tendo uma tendência a solidão, ao automatismo, inabilidade de ir ao ensino comum pelos seus comportamentos diferentes e uma inteligência acima do normal (Manouilenko; Bejerot, 2015). Além disso, Sukhareva publicou um estudo complementar sob o título de cinco meninas autistas, discutindo pela primeira vez semelhanças e diferenças de gênero na expressão sintomatológica. Ela observou que meninas tendiam a apresentar maior desregulação afetiva, porém considerou que isso podia ter relação com os outros funcionários confundirem a condição com histeria. Esse estudo trouxe avanços que ainda hoje estão sendo estudados, como o porquê há a subnotificação de autismo com mulheres (Sher; Gibson, 2023).

Apesar de sua profunda influência na psiquiatria infantil soviética, o reconhecimento internacional de Sukhareva foi limitado durante décadas, devido a barreiras linguísticas, seu gênero, sua origem judaica e o contexto político da Guerra Fria. A tradução de seus trabalhos apenas foi realizada na década de 1990 por Sula Wolff e a partir de então começou seu resgate histórico. Hoje, ela é reconhecida como a primeira pesquisadora a realizar uma análise do autismo, com enfoque não apenas no diagnóstico, mas no contexto social e nas potencialidades dos autistas.

A importância dos estudos de Sukhareva está em enxergar a deficiência à partir do seu contexto social sem desconsiderar o biológico, mas sem condenar o indivíduo por conta do seu biológico – separando os sintomas primários fundamentais das funções secundárias complementares e reativas para uma análise estrutural. Isso é bem descrito por Vigotski (2022), no qual ele repensa a defectologia, que é o estudo do desenvolvimento de crianças deficientes, atribuindo menor valor a fatores biológico enquanto destaca a importância do social no desenvolvimento dessas crianças – diminuindo o sofrimento delas à partir da estrutura social, e não apenas focada no desenvolvimento do indivíduo. Levando em conta suas potencialidades, e não apenas suas limitações.

Conclusão

Ao considerar os fatores histórico-culturais na construção dialética do termo autismo, é possível perceber como tais fatores influenciam na forma de tratar a condição dentro da sociedade e a importância do papel do psicólogo para que essa atuação seja ética e precisa. A criticidade se faz necessária nessa construção, e é de extrema importância desenvolver técnicas que visem a inclusão dos autistas na sociedade, respeitando os direitos humanos e o desenvolvimento singular de cada um com medidas não apenas individuais, mas que consigam adaptar a sociedade às necessidades desses indivíduos.

Referências

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64 p.

AMADO SANTOS, L. Y.; SILVEIRA AMORIM, S. As origens do autismo na viena nazista: entre a vida e o extermínio. **Apaec Ciência**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 60–62, 2023. DOI: 10.29327/216984.19.1-8. Disponível em: <https://apaeciencia.org.br/index.php/revista/article/view/331>. Acesso em: 2 set. 2025.

ARAÚJO, L.A. Guerra ao autismo: Discurso normativo da lei nº12.764/2012 e violência contra autistas. **Linguagem e autismo: Conversas Transdisciplinares**. Catu: Bordô-Grená, 2021. p. 30-49. Disponível em: <https://apaeciencia.org.br/index.php/revista/article/view/331>. Acesso em: 2 set. 2025.

CARVALHO, M. T. M.. Dos sons à palavra: explorações sobre o tratamento psicanalítico da criança autista. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 7, n. 3, p. 166–170, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rllpf/a/VbXGqtV8XfQTbgtzFMzTydw/?lang=pt>. Acesso em: 2 set. 2025.

A Ciência do **NANO** e seu impacto transformador no **MACRO**

CORDEIRO, A. M. et al. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, v. 34, n. 6, p. 428–431, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcbc/a/CC6NRNtP3dKLGLPwcgmV6Gf>. Acesso em: 2 set. 2025.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

LOVAAS, O. I. Behavioral treatment and normal educational and intellectual functioning in young autistic children. **Journal of consulting and clinical psychology**, v. 55, n. 1, p. 3–9, 1987. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/3571656/>. Acesso em: 2 set. 2025.

MANOUILENKO, I.; BEJEROT, S. Sukhareva-prior to Asperger and Kanner. **Nordic journal of psychiatry**, v. 69, n. 6, p. 479–482, 2015. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25826582/>. Acesso em: 2 set. 2025.

NAHMOD, M. Três modelos de história crítica sobre autismo. In: XVII Encuentro de Historia de la psiquiatría la psicología y el psicoanálisis en la Argentina, **Anais [...]** Buenos Aires, 2016. Disponível em: https://historiapsi.weebly.com/uploads/1/1/7/6/11768801/actas_encuentro_historia_psi_2016.pdf. Acesso em: 2 set. 2025.

NICOLAU, G.; GESSER, M.; OLIVEIRA MORAES, M. La historia de la colonización del autismo. **Quaderns de Psicologia**, [S. l.], v. 27, n. 2, p. e2174, 2025. Disponível em: <https://quadernsdepsicologia.cat/article/view/v27-n2-nicolau-gesser-moraes>. Acesso em: 2 set. 2025.

PAOLI, J. P.; MACHADO, P. F. L. Autismos em uma perspectiva histórico-cultural. **Revista GESTO-Debate**, v. 6, n. 01–24, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/gestodebate/article/view/17534>. Acesso em: 2 set. 2025.

PELLICANO, E.; DEN HOUTING, J. Annual Research Review: Shifting from “normal science” to neurodiversity in autism science. **Journal of child psychology and psychiatry, and allied disciplines**, v. 63, n. 4, p. 381–396, 2022. Disponível em: <https://acamh.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jcpp.13534>. Acesso em: 2 set. 2025.

PIOVESAN, A.; TEMPORINI, E. R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista de saúde pública**, v. 29, n. 4, p. 318–325, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/ff44L9rmXt8PVYLNvphJgTd/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 2 set. 2025.

POZZI, C.M.; DOS SANTOS RIESGO, R.; ASSUMPÇÃO JUNIOR, F.B. Revisiting the history of autism before Kanner and Asperger: a tribute to Grunya Sukhareva. **Arq Neuro-Psiquiatr**, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anp/a/pXHzmGkCKX49XsxHvdQFvKz/?lang=en>. Acesso em: 2 set. 2025.

SHER, D. A.; GIBSON, J. L. Pioneering, prodigious and perspicacious: Grunya Efimovna Sukhareva's life and contribution to conceptualising autism and schizophrenia. **European child & adolescent psychiatry**, v. 32, n. 3, p. 475–490, 2023. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2021-89622-001>. Acesso em: 2 set. 2025.

VIGOTSKI, L. S. **Obras completas - Tomo cinco**: Fundamentos de Defectologia. Tradução do Programa de ações relativas às pessoas com necessidades especiais (PEE). Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2022.

ZANELLA, A. V. et al. Questões de método em textos de Vygotski: contribuições à pesquisa em psicologia. **Psicologia & sociedade**, v. 19, n. 2, p. 25–33, 2007. Disponível em:

A Ciência do **NANO** e seu impacto transformador no **MACRO**

<https://www.scielo.br/j/psoc/a/kpkcWvSFBJZpNkFJqzV5kkn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 2 set. 2025.